



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANA MARIA CORDEIRO SILVA PINTO

**Democratização do Ensino Superior nas Instituições Federais: reflexões sobre o
Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**

**CAMPINA GRANDE - PB
2024**

ANA MARIA CORDEIRO SILVA PINTO

Democratização do Ensino Superior nas Instituições Federais: reflexões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Ma. Alcione Ferreira da Silva.

**CAMPINA GRANDE - PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P659d Pinto, Ana Maria Cordeiro Silva.
Democratização do ensino superior nas Instituições Federais: reflexões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. [manuscrito] / Ana Maria Cordeiro Silva Pinto. - 2024.

29 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Ma. Alcione Ferreira da Silva, Departamento de Serviço Social - CCSA. "

1. PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil.
2. Ensino Superior. 3. Democratização. 4. Capitalismo. I. Título

21. ed. CDD 378.81

ANA MARIA CORDEIRO SILVA PINTO

Democratização do Ensino Superior nas Instituições Federais: reflexões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 17/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



ALCIONE FERREIRA DA SILVA

Data: 27/06/2024 13:02:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Alcione Ferreira da Silva. (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente



BARBARA DA ROCHA FIGUEIREDO CHAGAS

Data: 27/06/2024 13:06:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente



SEVERINA IRENE TOMAZ FERREIRA SILVA

Data: 27/06/2024 16:42:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assistente Social. Ma. Severina Irene Tomaz Ferreira Silva
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Epígrafe

Vejo a vida passar num instante
Será tempo o bastante que tenho pra viver?
Não sei, não posso saber
Quem segura o dia de amanhã na mão?
Não há quem possa acrescentar um milímetro a cada estação
Então, será tudo em vão? Banal? Sem razão?
Seria, sim, seria, se não fosse o amor
O amor cuida com carinho
Respira o outro, cria o elo
O vínculo de todas as cores
Dizem que o amor é amarelo
É certo na incerteza
Socorro no meio da correnteza
Tão simples como um grão de areia
Confunde os poderosos a cada momento
Amor é decisão, atitude
Muito mais que sentimento
Alento, fogueira, amanhecer
O amor perdoo o imperdoável
Resgata a dignidade do ser
É espiritual
Tão carnal quanto angelical
Não 'tá no dogma ou preso numa religião
É tão antigo quanto a eternidade
Amor é espiritualidade
Latente, potente, preto, poesia
Um ombro na noite quieta
Um colo pra começar o dia
Filho, abraça sua mãe
Pai, perdoe seu filho
Paz é reparação
Fruto de paz
Paz não se constrói com tiro
Mas eu miro, de frente
A minha fragilidade
Eu não tenho a bolha da proteção
Queria eu guardar tudo que amo
No castelo da minha imaginação
Mas eu vejo a vida passar num instante
Será tempo o bastante que tenho pra viver?
Eu não sei, eu não posso saber
Mas enquanto houver amor, eu mudarei o curso da vida
Farei um altar pra comunhão
Nele, eu serei um com o mundo até ver
O ponto da emancipação
Porque eu descobri o segredo que me faz humano
Já não está mais perdido o elo
O amor é o segredo de tudo
E eu pinto tudo em amarelo
Emicida - Principia (part. Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CF	Constituição Federal
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	2
2	A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	3
3	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	6
3.1	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO SÉCULO XXI.....	9
4	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	11
4.1	PROGRAMA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES: instrumento de equidade acadêmica.....	13
5	CONCLUSÃO	19
	REFERÊNCIAS	20

Democratização do Ensino Superior nas Instituições Federais: reflexões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

Ana Maria Cordeiro Silva Pinto¹

RESUMO

O presente trabalho de conclusão curso, contém uma reflexão sobre a trajetória da assistência estudantil universitária no modo de produção capitalista, com enfoque ao debate para a democratização do ensino, tem como propósito principal analisar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, que visa ampliar as condições de permanência de estudantes de baixa renda nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil. Utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa a partir do método crítico dialético, para analisar no contexto do capitalismo, buscamos analisar o PNAES pensando seus impactos na redução das desigualdades socioeconômicas e na promoção da inclusão social e educacional no ensino superior brasileiro. Como aproximações conclusivas, destacamos a importância crucial do PNAES para garantir o acesso equitativo e a permanência dos estudantes no ensino superior, contribuindo significativamente para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: PNAES. Ensino Superior. Democratização. Capitalismo.

¹ Concluinte em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: anamariacordeirop@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, busca aprofundar a discussão sobre a importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estabelecido pelo Decreto nº 7.234/2010, para a democratização e permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, especialmente, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Inicialmente, é apresentado um debate sobre a educação no contexto do modo de produção capitalista, destacando a relevância do ensino superior e da assistência estudantil no país.

Em seguida, a partir desse breve panorama histórico, o foco é direcionado para a construção da política de assistência estudantil, com uma análise mais detalhada sobre alguns artigos do decreto que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, criado em 2010. Essa análise inclui uma reflexão sobre como o PNAES contribui para a inclusão e permanência dos estudantes nas IFES, além de debater os desafios e oportunidades possibilidades enfrentados na implementação dessa política, trazendo elementos importantes para a discussão contemporânea sobre o tema.

A aproximação com essa temática se deu desde o primeiro contato com a política de educação na disciplina eletiva de Tópicos especiais em Educação, foi a partir daí que busquei o campo de estágio voltado para essa área de atuação, estagiando assim no núcleo de Serviço Social da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC) da Universidade Federal de Campina Grande – PB. Foi apenas com a vivência no estágio obrigatório supervisionado, que ficou mais claro essa pontuação da Yolanda Guerra (2013):

[...] o espaço reservado ao Serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhe são colocadas, para o que necessita de fundamentos teóricos metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. É a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, sua localização na estrutura sócio-ocupacional e sua funcionalidade na sociedade burguesa, construída no espaço de mediação entre classes e Estado, que atribui à intervenção um caráter político (idem, p. 47).

Estagiar em um núcleo voltado para a Assistência Estudantil, foi uma experiência extremamente enriquecedora. Sempre tive grande interesse nas políticas públicas voltadas para a educação, e foi muito gratificante ter a oportunidade de aprender e vivenciar de perto o trabalho realizado pelas assistentes sociais em prol na perspectiva de promoção da permanência dos estudantes na Instituição, especialmente através por meio da operacionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O convívio com as demandas e as relações interdisciplinares com outros setores também foi fundamental para compreender melhor o papel do assistente social em uma instituição de ensino superior e o valor do trabalho coletivo. Foi interessante perceber a universidade como um todo, indo além das salas de aula e professores, e compreender a dinâmica da parte administrativa, além de entender como as verbas provenientes do Governo Federal, incluindo aquelas destinadas ao PNAES, são distribuídas e utilizadas.

Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho se enquadram em uma abordagem qualitativa, enquanto os objetivos são exploratórios. Os

procedimentos teóricos utilizados baseiam-se na coleta e análise de dados secundários, utilizando principalmente pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica e documental é utilizada para embasar essa discussão, explorando diferentes perspectivas teóricas e evidências empíricas relacionadas ao PNAES e suas implicações para a educação superior no país.

O presente trabalho se encontra dividido em três tópicos: a educação no capitalismo, a história do ensino superior e da assistência estudantil, e a assistência estudantil no Brasil. Destaca como a educação pode perpetuar desigualdades, mas programas como o PNAES ajudam alunos de baixa renda a permanecer no ensino superior. Analisa as mudanças sociais e políticas que moldaram a educação e a tensão entre inclusão social e exigências econômicas. Enfatiza os desafios da globalização e as políticas brasileiras para expandir o ensino superior e reduzir desigualdades, destacando a importância do PNAES para estudantes vulneráveis.

2. A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A educação, está ligada diretamente ao contexto de cada época e sociedade em particular, sofrendo avanços e retrocessos relacionados aos momentos históricos, sociais, políticos e econômicos. Portanto, a importância da educação na sociedade e sua relação com a reprodução das desigualdades sociais, apontando que a educação desempenha um papel crucial na reprodução do "ser social", o que significa que ela influencia na manutenção das estruturas sociais e das hierarquias existentes. Isso ocorre em uma sociedade marcada pela contradição fundamental de classes no modo de produção capitalista.

A educação é apontada como um complexo que desempenha o papel de assegurar a reprodução de contextos sociais, formas de apreensão do real, habilidades técnicas, formas de produção e socialização do conhecimento científico. Atualmente, ela é um direito fundamental a todos, que permeia o desenvolvimento humano através da prática do ensino e da aprendizagem, com o objetivo de ampliar e fortalecer a capacidade intelectual do indivíduo, que abrange um processo singular de aquisição de conhecimento estando intrinsecamente ligado às esferas educacionais, familiares e sociais, ela não se restringe à mera transmissão de informações ou instrução, mas também, envolve o cultivo da autonomia e do pensamento crítico, além de aprimorar competências e habilidades.

Nesse sentido, concordamos com o documento Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação do conjunto CFESS-CRESS que aponta:

“A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante[...]” CFESS-CRESS, 2013

Destaca-se que esse processo de reprodução na sociedade capitalista acaba ampliando as desigualdades entre as classes fundamentais, ou seja, entre os

detentores e não detentores dos meios de produção. Pois, embora seja vista como uma ferramenta para o desenvolvimento individual e social, também pode servir como um mecanismo que perpetua desigualdades, pois, muitas vezes, o acesso a uma educação de qualidade é restrito para determinados grupos sociais.

Para contextualização da nossa discussão, faremos um breve resgate histórico do papel da educação, sobretudo em suas configurações no contexto neoliberal, a fim de termos a compreensão de sua conformação no Brasil contemporâneo.

De acordo com Mandel (1981) o capitalismo divide a sociedade em duas categorias, de um lado temos os proprietários e donos de terras, máquinas e indústrias, que exploram a mão de obra dos trabalhadores, de outro lado temos o assalariado, conhecido como proletariado, que luta pela sua subsistência vendendo a própria força de trabalho. Esse sistema, que é marcado pela exploração, contradições e crises, no qual ele mesmo se reinventa a partir delas, gerando mais distanciamento das classes e se apropriando ideologicamente de tudo para expandir a ideia de gerar lucro.

No capitalismo a forma mais desenvolvida da atividade educativa, é a educação escolar. Ao longo dos tempos a educação se desenvolveu, assumiu formas e conteúdos diversos, os quais foram organizados conforme as condições materiais de produção e reprodução da vida e da sociedade como um todo (Miranda, 2012). Nesse sentido, educação é um terreno de disputa no qual se inserem as resistências.

Compreender o capitalismo, vai além de enxergá-lo estritamente como uma política econômica; mas como uma relação social com a finalidade de remodelar a sociedade e redefinir a noção de "humano". Desde seu início, o capitalismo direciona sua atenção para o sistema educacional, incluindo a universidade. O motivo principal reside na formação de uma determinada subjetividade, moldando um "capital humano" que alimenta um sistema produtivo baseado na competição.

A escola do capital fundamenta-se na eficiência, desempenho e rentabilidade, incentivando os indivíduos a considerarem seus estudos como um investimento voltado para a produção de renda. Essa abordagem visa transformar valores, promovendo uma mentalidade capitalista desde cedo, fazendo com que cada indivíduo se veja como um empreendedor e gestor de si mesmo.

A ideia central é instilar situações de mercado, introduzindo a competição local para que os pais se tornem consumidores, responsáveis pelos investimentos em seus filhos. Essa abordagem, chamada pelos neoliberais de "soberania do consumidor", não leva a um melhor desempenho escolar, mas sim a uma segregação generalizada que aumenta as desigualdades entre as crianças e as famílias (Souza, 2018).

Nesta perspectiva, a educação não é a principal força ideológica que consolida o sistema capitalista, nem tem o poder por si só de oferecer uma alternativa radicalmente emancipadora. Na verdade, uma das principais funções da educação em nossa sociedade é promover conformidade dentro dos limites institucionais e legalmente legitimados. Esperar que a sociedade, que está profundamente enraizada no mercado de produzir capital, apoie ativamente ou mesmo tolere um mandato que incentive as instituições educacionais a ir contrário a lógica do capital em prol da sobrevivência humana, seria algo extraordinário (Souza, 2018).

Desse modo, a educação tornou-se mais um instrumento da sociedade capitalista, além de instrumentalizar para o emprego, fornecendo a informação restrita para a operação da maquinaria produtiva, ocupa-se também da geração e da difusão de determinados valores que legitimem os interesses da classe dominante.

Sob a influência do neoliberalismo², o Estado assume a função de fornecedor de serviços essenciais mínimos. Para esse objetivo, promove a abertura e desregulamentação da economia com o objetivo de facilitar a livre circulação de capital e expandir as áreas passíveis de mercantilização, incluindo a privatização de setores anteriormente sob controle estatal, assim como os serviços públicos em si.

No contexto brasileiro na década de 1990, esse processo se manifestou por meio do Plano Diretor de Reforma do Estado³ (PDRE -1995), que Behring (2003) caracterizou como uma contrarreforma, devido à sua natureza regressiva e antidemocrática, resultando na redução dos direitos dos cidadãos, a educação foi influenciada pela política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), fundamentada no próprio neoliberalismo (Behring, 2003).

Um dos resultados da atuação desse modelo de política neoliberal no âmbito do ensino superior foi o sucateamento das universidades públicas e o aumento do número da expansão do ensino público privado e das matrículas nessas instituições, que recebiam verbas através da multiplicação das fundações privadas. A educação superior é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996). Essa lei foi aprovada em um contexto neoliberal e preconiza que a educação superior pode ser oferecida por escolas públicas e privadas.

Uma das principais características dessa influência neoliberal é a discordância em relação a uma educação universal, gratuita e de qualidade fornecida pelo Estado. Nesse contexto, observamos uma ênfase clara em minar a imagem das universidades públicas, ao mesmo tempo em que se promove a imagem das instituições de ensino superior privado. Isso se dá por meio de discursos que retratam as universidades públicas como meros gastos, como instituições fechadas ao mercado e professores são acusados de impor uma ideologia doutrinadora.

O resultado é o desgaste da imagem desses espaços públicos em favor de processos privatistas. - Esse discurso, amplamente divulgado na sociedade, especialmente entre aqueles menos familiarizados com as instituições públicas de ensino superior, se consolida no imaginário coletivo. Isso está alinhado com os interesses do neoliberalismo, que visa estabelecer um processo contínuo e um projeto político específico. A educação é um campo particularmente interessante para se observar como o neoliberalismo permeia diversos aspectos da sociedade.

O que o neoliberalismo busca, a partir do Estado, é a legalização da não responsabilidade estatal pela educação e a legitimação desse processo pela sociedade, transferindo a responsabilidade educacional do Estado para o âmbito familiar. Esse discurso também assume um caráter moral, abrindo espaço para uma lógica de não responsabilidade estatal. A narrativa que se desenvolve é a de que nas universidades públicas prevalecem estereótipos negativos. Isso alimenta a percepção de que tais instituições não são adequadas para a formação dos jovens, afastando-os da educação pública.

Em suma, a influência do neoliberalismo na educação brasileira vai além das políticas governamentais; é um processo que molda a percepção pública e as escolhas dos pais em relação à educação superior. No discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e

² O neoliberalismo se caracteriza por uma ordem social em que uma nova disciplina é imposta ao trabalho e novos critérios gerenciais são estabelecidos, servindo-se de instrumentos como o livre comércio e a livre mobilidade de capital (Duménil & Lévy, 2014: 11 e 43).

³ <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>

funcionar à sua semelhança. Vale ressaltarmos três objetivos relacionados ao que a retórica neoliberal atribuiu ao papel estratégico da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (Marrach, 1996, p. 46-48).

A análise das informações destaca um apontamento das diretrizes neoliberais para a educação, que vincula a educação superior à preparação para o trabalho e à pesquisa acadêmica às necessidades do mercado. Esse modelo utiliza a universidade para formar uma força de trabalho alinhada aos interesses empresariais, participando da competitividade no mercado nacional e internacional.

No contexto do ensino superior, essa abordagem pode limitar o desenvolvimento crítico e integral dos estudantes, direcionando a formação exclusivamente para as demandas do mercado de trabalho. Quanto à assistência estudantil, a implementação de programas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas instituições federais busca mitigar essas limitações, promovendo a permanência e o sucesso acadêmico dos alunos de baixa renda. No entanto, o conflito entre a visão neoliberal e as políticas de assistência estudantil revela uma tensão constante na busca por um equilíbrio entre a educação como um direito social e a sua instrumentalização econômica.

3. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No Brasil, com a independência do país, conquistada em 1822, algumas mudanças sócio-políticas e econômicas ocorreram, pareciam manifestar-se, inclusive em termos de política educacional (Romanelli, 1991.). No decorrer do século XIX, diversas propostas de criação de universidades foram negadas. Mas o cenário começou a mudar com a abolição da escravidão (1888), a queda do Império e a Proclamação da República (1889). Tais eventos trouxeram uma série de mudanças sociais, inclusive para a área da educação (Bernardo, 2022).

Foi no início do século XIX, que surgiu a primeira universidade no Brasil, ela é resultado da demanda do mercado que sinaliza para a necessidade de formação de profissionais com qualificação, fundamentalmente em áreas das engenharias, medicina e direito. Inicialmente, estavam localizadas em grandes metrópoles economicamente mais importantes para o Brasil da época, sem dúvida, tiveram um impacto significativo nos caminhos da educação superior no Brasil, indicando a chegada de uma nova era (Stallivieri, 2007).

Conforme Imperatori (2017), o início da então chamada Era Vargas (1930-1945), marcou um ponto de virada nas políticas sociais, reconhecendo a educação como um direito público regulado pelo Estado. Em 1931, durante a implementação da Reforma Francisco Campos, que estabeleceu a Lei orgânica do Ensino Superior por meio do decreto nº 19.851/1931, foram introduzidas medidas de apoio e assistência aos estudantes matriculados em institutos universitários, incluindo a concessão de bolsas de estudos para ajudar aqueles que eram considerados com vulnerabilidade econômica. Essa lei foi incorporada na Constituição de 1934, que assegurou a assistência aos estudantes, sendo declarado no art. 157 que "parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas".

A assistência aos estudantes foi extensiva para todos os níveis de ensino nos anos 1940, estando presente na Constituição de 1946, art. 172, segundo o qual "cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar".

A reforma universitária de 1968 desempenhou um papel fundamental na transformação do cenário do ensino superior no Brasil. Além de expandir significativamente o acesso à educação superior, a reforma também introduziu incentivos para o desenvolvimento da pós-graduação, associando-a à carreira docente. Isso foi um passo importante para elevar o nível de pesquisa e inovação no país, especialmente nas universidades públicas, que até então detinham uma posição de destaque no sistema educacional brasileiro (Pimenta, 2007).

Essa mudança no panorama educacional do país teve impactos significativos. Por um lado, contribuiu para aumentar a oferta de vagas no ensino superior, permitindo que um número maior de pessoas tivesse acesso à educação de nível universitário. Por outro lado, levantou questões sobre a qualidade do ensino oferecido por essas instituições privadas, bem como sobre a democratização efetiva do acesso à educação superior. Assim, a partir da reforma de 1968 e ao longo das décadas seguintes, o ensino superior no Brasil passou por uma transformação profunda, marcada pela coexistência de instituições públicas e privadas.

Segundo uma análise feita por Vasconcelos (2010, p. 401), "entre as décadas de 1950 e 1970 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares". Mas, foi justamente na década de 1970 que o ensino superior se expandiu, e houve a ampliação do número de matrículas de 300 mil, em 1970, para um milhão e meio, em 1980.

A juventude pertencente às camadas sociais mais desfavorecidas passou a ter uma presença mais expressiva nas universidades, resultando em demandas por ações específicas para atender a esse público. Além disso, muitos desses jovens deixavam suas cidades natais em direção às capitais em busca de oportunidades acadêmicas. Isso deu início a reivindicações e movimentos dentro do cenário estudantil, instigando as instituições de ensino a assumirem a responsabilidade de suprir algumas necessidades básicas dos estudantes que não dispunham de recursos financeiros (Sousa, 2005).

Durante a década de 1970, surgiu o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, implementando programas para apoiar os estudantes, incluindo Bolsas de Trabalho e Bolsas de Estudo. Priorizaram-se, também, iniciativas de fornecimento de alimentos, moradia e atendimento médico-odontológico. No final da década de 1980, o DAE foi extinto,

resultando na fragmentação das ações de assistência ao estudante em cada instituição de ensino. Esse período testemunhou uma composição de assistência caracterizada por ações limitadas e dispersas. Além disso, à semelhança da assistência social, a assistência estudantil foi permeada por relações clientelistas, prejudicando sua consolidação (Imperatori, 2017).

No entanto, ao longo da década de 1980, começou a surgir um número considerável de instituições de ensino superior privadas. Esse fenômeno ganhou ainda mais força na década de 1990, quando ocorreu uma expansão maciça do setor privado (Pimenta, 2007).

Conforme Durham (2005):

O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e de pesquisa, além da formação profissional. O sistema seria necessariamente público e não confessional. O modelo que se concebia era semelhante ao do sistema italiano, mas modificado por inovações de inspiração norte-americana (Durham, 2005, p. 202).

Segundo Cunha (2002), as mudanças profundas que têm ocorrido no sistema de educação superior brasileiro ao longo das últimas décadas refletem um processo mais amplo de modernização da sociedade, um fenômeno observado em diversos países ao redor do mundo. Esse processo está intimamente ligado ao surgimento e ao crescimento dos segmentos médios da sociedade, que demandam acesso à educação de nível superior em uma escala sem precedentes.

À medida que a sociedade se desenvolve e novas demandas surgem, os sistemas educacionais muitas vezes se vêem sobrecarregados e incapazes de atender a essa crescente demanda, devido a suas limitações estruturais, organizacionais e falta de investimentos públicos.

As universidades públicas, historicamente responsáveis pela oferta de ensino superior de qualidade, muitas vezes se mostram incapazes por falta de interesse do Estado burguês de absorver todos os estudantes que desejam ingressar nelas. Desenvolvendo assim, um vácuo que é frequentemente preenchido pelo surgimento de instituições privadas de ensino superior. Essas instituições privadas, muitas vezes, surgem como uma resposta à demanda não atendida pelas universidades públicas. Elas proporcionam acesso à educação superior para um número significativo de estudantes, contribuindo para a expansão do acesso à educação no país. No entanto, esse crescimento acelerado do setor privado também levanta questões sobre a qualidade do ensino oferecido, bem como sobre a democratização real do acesso à educação superior (Imperatori, 2017).

A democratização da educação superior é um desafio contínuo e fundamental para promover um sistema educacional mais equitativo e alinhado com os princípios democráticos. Além das questões de equidade, ela é uma estratégia para o desenvolvimento social e econômico do país, permitindo que o potencial de todos os cidadãos seja aproveitado em prol da sociedade.

Vários estudos apontam que a educação superior continua sendo um fator significativo de mobilidade social ascendente nas sociedades contemporâneas (Menezes Filho & Oliveira, 2014). Sabe-se também que o acesso à educação superior permite uma ampliação não apenas de conhecimentos ligados à formação profissional, mas também em termos de expansão de visões de mundo e acesso à informação.

A política de educação e a assistência estudantil no ensino superior tem sido marcada por esforços para equilibrar as demandas econômicas. Essas iniciativas buscam compensar as desigualdades socioeconômicas e garantir que uma educação superior seja acessível a um público mais amplo. No entanto, a política educacional também reflete as influências neoliberais, que muitas vezes vinculam a educação às necessidades do mercado de trabalho e à competitividade global. Esse dualismo revela uma tensão entre a visão da educação como um direito social e sua instrumentalização econômica, destacando a complexidade de políticas formuladas que atendem tanto aos imperativos de inclusão social quanto às exigências do mercado no contexto contemporâneo.

3.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO SÉCULO XXI

Conforme observado por Castelo (2008), no início do século XXI, o capital globalizado, em sua vertente neoliberal, passou por reconfigurações que não mais refletiram restrição ao viés liberal ortodoxo. Esse autor identifica essa reestruturação interna, que apresenta uma aparência de humanismo no sistema capitalista, como a segunda fase do neoliberalismo global, denominada como “social liberalismo”. Ao aprofundar esta análise, Castelo, vê o liberalismo social como uma contrarrevolução burguesa, uma estratégia de coesão social em resposta ao crescente fortalecimento dos movimentos sociais no final do século, que surgiu tanto no centro quanto na periferia do mundo em oposição aos efeitos da globalização.

No Brasil, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), se destacam como principais defensores do social liberalismo. Não é por acaso, que foi sob a liderança desse partido que foram incorporadas medidas o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que foi fruto do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), os quais fazem parte de uma estratégia mais ampla de expansão e democratização do ensino superior, conforme orientações de organismos multilaterais em resposta ao avanço do liberalismo social.

Leher (1999) enfatiza que as diretrizes desses organismos para políticas educacionais em países em desenvolvimento estão vinculadas a um projeto de desenvolvimento voltado para a estabilidade, com o objetivo de apaziguar os conflitos de classe e promover um desenvolvimento alinhado com a reprodução do sistema capitalista.

Embora o REUNI e o PNAES tenham introduzido elementos de democratização, essas iniciativas são permeadas por contradições, mesmo ao estabelecer direitos sociais significativos, com foco nas necessidades do mercado. Eles se baseiam na política de consenso de classes que caracteriza os governos petistas. Nessa perspectiva, essas medidas podem ser vistas como funcionais ao sistema capitalista, uma vez que direcionam a formação educacional para atender às demandas do mercado e ao desenvolvimento capitalista.

Simultaneamente, essas políticas também atendem às reivindicações e expectativas dos estudantes, intelectuais da educação e das aulas populares, pois promovem investimentos no ensino superior público. Esse investimento se concretiza na ampliação das vagas, na expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), na democratização do ingresso e na oferta de políticas de permanência estudantil. Esse conjunto de medidas possibilitou um acesso mais amplo aos filhos da classe trabalhadora nas universidades, contribuindo para a inclusão de setores historicamente marginalizados no ensino superior (Jácome, 2021).

Na esteira desse processo de ampliação das vagas no ensino superior para a classe trabalhadora, se destaca, a chamada Lei de Cotas, conhecida também como Lei 12.711, só foi aprovada em 2012. Com ela, todas as instituições de ensino superior federais do país precisam, obrigatoriamente, reservar parte de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, pessoas com renda familiar de 1 salário-mínimo por pessoa, negros, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências⁴.

Essa lei é uma conquista dos movimentos sociais, que foi influenciada pela experiência dos Estados Unidos, que durante a década de 1970, algumas instituições de ensino superior alteraram seus critérios de seleção de estudantes, ampliando a admissão de indivíduos afro-americanos. Nesse período, o movimento pelos direitos civis dos negros ganhava considerável vigor, exercendo influência significativa sobre as universidades. Seja por imperativos morais ou temores relacionados a possíveis conflitos, as instituições acadêmicas foram incentivadas a reservar bolsas de estudo destinadas a estudantes afro-americanos em situação de vulnerabilidade econômica (Pimenta, 2022). Conforme destaca a jornalista Midiã Noelle Santana (2022) “Em um país tão desigual, ingressar no ensino superior é chave de mudança para milhares de pessoas pretas, pardas e indígenas”⁵.

Normatizada pelo Decreto nº 7.824/2012, esta legislação propõe que 50% das vagas destinadas a cotistas sejam alocadas para estudantes provenientes de escolas públicas, cuja renda familiar mensal seja de até 1 salário-mínimo por pessoa. Dentre os propósitos da instituição desta Lei, destaca-se a intenção de introduzir e reduzir as disparidades entre brancos e negros no país, buscando realizar uma reparação histórica, sobretudo em decorrência do legado da escravidão. Em suma, a legislação constitui uma forma de mitigar as desigualdades tangíveis na vida cidadã e nas instituições, viabilizando a participação democrática dos diversos estratos sociais, em pleno respeito às suas diferenças.

A assistência estudantil na educação superior passou por reformulações até o Decreto nº 7.234/2010, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O programa de assistência estudantil tem o objetivo de proporcionar igualdade de oportunidades no ensino superior para estudantes de universidades e instituições federais, tornando o acesso e permanência à educação superior. Isso é alcançado ao oferecer suporte em áreas como moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros e saúde por meio de bolsas para estudantes de baixa renda, reduzindo a evasão e melhorando o desempenho acadêmico.

Conforme Menezes (2012, p. 73), as políticas de assistência podem ser traduzidas como um mecanismo de direito social: que transita por diversas áreas, compreendendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos, para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior. É composta por ações universais e/ou focalizadas em determinados segmentos com necessidades específicas. Tais ações buscam apoiar a permanência dos estudantes na universidade para que possam concluir sua graduação com bom aproveitamento acadêmico.

Entretanto, nos diferentes arranjos institucionais para a implementação dessas políticas, as ações de permanência e assistência estudantil estão integradas,

⁴ Dados atualizados da Lei de 14.723 de 13 de novembro de 2023
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm

⁵ Baobá - Fundo para Equidade Racial, 2022. <https://baoba.org.br/10-anos-de-lei-de-cotas-o-acesso-a-universidade-publica-que-mudou-vidas/>

superpostas ou mesmo confundidas. Pois, quando essas políticas são integradas, significa que são planejadas e implementadas de forma coordenada, de modo que as ações de permanência estejam diretamente relacionadas às necessidades identificadas pelos estudantes e abordadas pela Assistência Estudantil. Por exemplo, um programa de bolsas de estudo pode ser combinado com serviços de orientação acadêmica para garantir que os estudantes atendam aos requisitos acadêmicos enquanto recebem apoio financeiro (Honorato, Heringer, Vargas, 2014).

No entanto, em alguns casos, as políticas de permanência e Assistência Estudantil podem estar superpostas, o que significa que são implementadas separadamente, sem uma integração efetiva. Isso pode resultar em uma duplicação de esforços ou em lacunas na prestação de serviços, já que as necessidades dos estudantes podem não ser adequadamente identificadas e atendidas. Por fim, quando essas políticas são confundidas, significa que os objetivos e as estratégias de cada uma delas não estão claramente definidos, levando a uma falta de clareza sobre como elas devem ser implementadas e avaliadas. Isso pode dificultar a eficácia das políticas e a avaliação de seu impacto na permanência e no sucesso dos estudantes (Jácome, 2021).

Portanto, é importante que as instituições de ensino desenvolvam e implementem políticas de permanência e Assistência Estudantil de forma integrada, garantindo que atendam adequadamente às necessidades dos estudantes e contribuam para sua permanência e sucesso acadêmico (Jácome, 2021).

Foi devido a esses programas, que o acesso à educação superior se tornou possível para muitos filhos da classe trabalhadora, visto que a permanência na universidade requer o atendimento de necessidades sociais objetivas destes estudantes ingressantes. Ou seja, as demandas relativas à educação superior precisam também ser compreendidas enquanto uma expressão da questão social, cuja desigualdade de acesso, permanência e qualidade, reside no fato de serem produzidas e reproduzidas historicamente, a partir das condições econômicas, políticas e sociais impostas pelo capital.

Em suma, compreende-se que o programa de assistência estudantil é importante para garantir que estudantes de universidades e instituições federais possam alcançar e vivenciar um ensino superior mais igualitário, onde poderão ter a viabilização do acesso à educação com mais oportunidades, e assim terão a chance de ter uma trajetória e conclusão acadêmica mais inclusiva, amenizando os índices de desistência a partir de uma política que torna viável essa permanência.

A partir do acesso à moradia, alimentação, transporte, saúde e outros elementos essenciais, através de bolsas disponibilizadas para estudantes de baixa renda que possuem dificuldades que precisam ser solucionadas, fortalecendo o caminho rumo a igualdade de oportunidades aos mesmos, melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico.

4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A partir da nova concepção de Educação e Assistência Social presente na Constituição de 1988, iniciou-se um período de reflexões e mudanças, inaugurando um novo padrão de proteção social afirmativo de direitos em busca da superação das práticas assistencialistas e clientelistas. A educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham um acesso de modo igualitário a esse direito.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁶, que define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição, a educação é concebida como um direito fundamental, e um instrumento de formação do exercício da cidadania, tendo o comprometimento primordial com a formação integral do ser humano e do trabalho. Entretanto, no contexto sociocultural brasileiro, o que observamos é que historicamente a educação, não tem sido um direito exercido por todos os cidadãos.

De acordo com Gadotti (1981, p.5)

“as classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontraram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular”.

Nesse contexto apontado por Gadotti, a universidade desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos capazes de promover a cultura e mobilizar a sociedade em prol da ampliação dos direitos humanos e da consolidação da cidadania. Diante disso, surge a necessidade premente de democratizar o ensino superior. Essa democratização vai além do simples acesso à universidade pública e gratuita, englobando também a implementação de medidas que garantam a permanência dos estudantes, mitigando os impactos das desigualdades enfrentadas por indivíduos de grupos sociais cada vez mais marginalizados, os quais frequentemente enfrentam dificuldades significativas para avançar em sua trajetória acadêmica.

A Assistência Estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Assim sendo, ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde condições de saúde ao acesso aos instrumentos pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas de conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento de recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

De acordo com Araújo (2003, p.99),

A discussão sobre assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verifica as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições sócio-econômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sobre diferentes perspectivas: De um lado como um direito, e de outro, como um investimento.

A Política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das universidades, na perspectiva de inclusão

⁶ Prevista na Constituição de 1934 e regulamentada em 1961.

social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, que atua preventivamente, nas situações de evasão e repetência, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A assistência estudantil nas universidades brasileiras deve ser entendida como uma política essencial no contexto da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, isto porque pode possibilitar, aos estudantes de baixa condição socioeconômica, a participação nas atividades acadêmicas, na medida em que o atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte são oferecidos enquanto assistências básicas na dimensão dos direitos sociais.

Diante da complexidade das necessidades do ser humano, a política de assistência estudantil, no contexto do ensino superior, não pode atender apenas às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Por isso, a perspectiva de formação ampliada dos estudantes deve possibilitar o desenvolvimento de ações, prioritariamente, para estudantes de baixa condição socioeconômica, e de caráter universal por meio de: programas e projetos de atenção à saúde física e mental; incentivo a formação de cidadania e a cultura; esporte e lazer; acessibilidade; inclusão digital; apoio pedagógico; visando a redução das reprovações e evasão escolar (Jácome, 2021).

Todas essas ações devem fazer parte da assistência estudantil no contexto universitário, a fim de colaborar com a formação ampliada dos estudantes no despertar da consciência crítica e cidadã, para além da sua formação técnica e profissional. Por outro lado, a política de assistência estudantil possibilita realizar estudos e pesquisa na perspectiva de produção de conhecimento, abrindo espaço para avaliação contínua dos programas e projetos de assistência estudantil, bem como reforça a proposta de melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão comprometidos com a universidade pública, gratuita e de qualidade. É importante considerar que, tanto as ações de assistência básica, quanto às ações assistência ampliada, devem ser articuladas com as atividades de ensino pesquisa extensão, visando, fundamentalmente, a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida do estudante no contexto da educação superior.

Conforme Santos e Freitas, 2014, p.185-186:

A busca pela diminuição das desigualdades socioeconômicas é um imperativo no processo de democratização da universidade e da sociedade brasileira. Contudo, esse processo de democratização deve ir além do acesso às IFES públicas e gratuitas; há necessidade de se criar mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam reduzindo os efeitos das desigualdades vivenciadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais mais pauperizados e excluídos social e economicamente.

É fundamental compreender que a expansão do ensino superior público tem gerado uma diversificação significativa no ambiente acadêmico, como resultado das políticas sociais e democráticas implementadas ao longo das últimas décadas. Essa transformação tem levado à incorporação de novos grupos de estudantes, fruto dessas políticas inclusivas. Ao contrário do passado, quando o acesso à educação superior era predominantemente reservado às elites, a inclusão de minorias tem contribuído para uma notável heterogeneidade no cenário acadêmico atual.

4.1. PROGRAMA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES: instrumento de equidade acadêmica

Para uma análise do PNAES, é crucial entender o contexto no qual ele surgiu, bem como os atores e as condições que moldaram suas diretrizes e objetivos, isso implica examinar as diversas forças sociais, políticas e econômicas que estiveram em jogo durante o processo de formulação do programa, considerando os interesses e perspectivas dos diferentes grupos envolvidos. A compreensão desses aspectos é fundamental para elucidar as motivações por trás das políticas implementadas, as escolhas feitas e os impactos esperados ou observados na assistência estudantil em nível nacional.

Como visto anteriormente, foi a partir do século XX, que as políticas educacionais ganharam destaque e passaram a ocupar um lugar central na agenda governamental brasileira. Além da Constituição Federal de 1988, o processo de consolidação dessas políticas no país é marcado por três marcos significativos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e os Planos Nacionais de Educação (PNE), em particular os instituídos pelas leis nº 10.172/2001 e nº 13.005/2014, respectivamente.

O PNE, previsto tanto na Constituição quanto na LDB, estabelece metas para as políticas educacionais a serem alcançadas ao longo de seus períodos de vigência, o primeiro de 2001 a 2010 e o segundo de 2014 a 2024. Esses marcos legislativos representam importantes instrumentos para orientar e monitorar o desenvolvimento da educação no país, delineando diretrizes e objetivos a serem perseguidos em busca de uma educação de qualidade e equidade para todos os brasileiros. Nesse campo de fortalecimento dos direitos sociais por meio da assistência estudantil, as políticas surgem de debates e enfrentamentos, requerendo a atenção do Estado para as necessidades coletivas.

Nesse contexto, o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), a UNE (União Nacional dos Estudantes), em meio à expansão e democratização do acesso às instituições federais de ensino superior (IFES), desempenharam papéis cruciais na formação e implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O FONAPRACE, atua como plataforma de articulação e diálogo entre as instituições de ensino, o Ministério da Educação e outros órgãos públicos, buscando soluções conjuntas para os desafios da assistência estudantil. Consolidou informações sobre os estudantes das IFES e influenciou o debate público, defendendo políticas públicas para melhorar a assistência estudantil, incluindo bolsas, auxílios financeiros, moradia e alimentação. Além disso, promove inclusão social, combate preconceitos, incentiva a diversidade e facilita o compartilhamento de boas práticas entre instituições. Também capacita profissionais para atender melhor os estudantes e serve como um canal de comunicação para defender os direitos estudantis, contribuindo para um sistema educacional mais justo e equitativo no Brasil (ANDIFES, 2007).

Em uma contextualização breve, o lançamento do supracitado PDE pelo Ministério da Educação (MEC) trouxe à tona discussões e debates acerca da importância da valorização da educação superior pública e de qualidade. Este momento destacou-se como propício para o início dessas conversas, principalmente devido aos impactos negativos que as políticas neoliberais haviam causado na qualidade da educação, tornando mais visíveis suas inadequações (UNE, 2008).

A criação do PNAES foi fortemente influenciada pelos debates em torno do programa REUNI, nesse contexto tínhamos o Plano Nacional de 2007 que se tornou o Programa em 2010, que visava à reestruturação e expansão das Instituições

Federais de Ensino Superior (IFES). O REUNI representou uma importante iniciativa para a expansão do acesso às universidades, impulsionando a necessidade de ampliação da assistência estudantil devido ao aumento da demanda decorrente do crescimento na graduação, especialmente após a implementação de políticas de ação afirmativa, como a lei de cotas e o Sistema de Seleção Unificado (SISU). Além disso, dados de pesquisas realizadas pelo FONAPRACE em 2004, que apontam que mais de 40% dos estudantes poderiam demandar assistência estudantil, fortaleceram a urgência de um programa específico nesse sentido. O Plano de Assistência Estudantil, por sua vez, foi respaldado por instrumentos legais que previam mecanismos para garantir a permanência dos estudantes nas instituições de ensino (ANDIFES, 2007).

Conforme dispõe o decreto nº 7.234/2010, que criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil, a finalidade do PNAES consiste em “ampliar as condições de permanência” dos discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica das IFES no âmbito da graduação presencial (BRASIL, 2010a). Como observamos, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de implementar um programa de assistência estudantil para os alunos provenientes de famílias de baixa renda que ingressam nas IFES.

Nesse contexto, o PNAES foi concebido como uma resposta para garantir a continuidade desses estudantes no ensino superior público. A eficácia social é o objetivo primordial de qualquer política educacional, e o PNAES não é exceção. Além disso, é responsabilidade das universidades criar condições que reduzam as desigualdades entre os indivíduos que compõem sua comunidade acadêmica, para que todos possam participar da vida acadêmica em igualdade de condições.

Na universidade pública a comunidade tem se tornado cada vez mais diversa e heterogênea, o período na graduação, normalmente está relacionada a grandes mudanças psicológicas, intelectuais e sociais, se configurando como um período de grandes conflitos e dúvidas, essa realidade é particularmente desafiadora para os universitários, os quais, adicionalmente, são expostos a pressões inerentes à condição de estudantes (prazos curtos, múltiplas tarefas e disciplinas, entre outros) e, em muitos casos, também de trabalhadores, de chefes de família, de pais ou mães. Assegurar a permanência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passa por conhecer seu novo perfil e procurar estratégias para seu acolhimento (Jácome, 2021).

No texto do Decreto que cria o PNAES, é possível encontrar em seus diversos artigos a definição do público-alvo das políticas de permanência. O PNAES está dividido em nove artigos: o primeiro redigido para definir o órgão executor e a finalidade do Programa; o segundo para expor os objetivos; o terceiro para apresentar a forma de execução (articulação e áreas); o quarto indicando as metas; o quinto estabelecendo as prioridades de atendimento; o sexto instituindo o compromisso das instituições com as informações solicitadas pelo MEC; o sétimo descrevendo o fluxo de repasse de recursos; o oitavo apontando as fontes de recursos e a necessidade de compatibilizar o volume empregado com o público atendido; e, por fim, o nono com o anúncio da vigência do decreto.

O primeiro artigo está assim formulado: “O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, realizado no âmbito do Ministério da Educação, tem como objetivo expandir as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.” Em seguida, encontra-se o artigo 2º, encarregado de revelar o significado primário do Programa por meio dos seus objetivos, definidos como:

(...) objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das

desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Deduz-se que o Decreto reconhece a existência de condições desiguais dentro das IFES e IFs, uma vez que endereça seu esforço contra elas, o texto intenciona democratizar as condições de permanência, elegendo as desigualdades sociais e regionais como autoras dos impedimentos. Importa destacar que não se trata, exclusivamente, das desigualdades sociais, mas também de sua versão regional que distribui entre os vários estados da federação parcelas distintas dos recursos, contribuindo também distintamente para que estudantes se mantenham vinculados e concluam seus cursos no tempo adequado.

O Programa, representa um investimento fundamental na construção de um futuro mais justo e equitativo para o Brasil, garantindo para muitos estudantes o acesso à educação de qualidade. Ele estabelece os critérios de atuação dos órgãos responsáveis por criar as condições de permanência de estudantes das IFES, foram estabelecidos dez eixos temáticos que norteiam a política pública de assistência estudantil, indicando dez áreas de atuação, que são apresentados em seu 3º artigo:

O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. § 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados (BRASIL, 2010).

São diversas áreas de atuação, que englobam iniciativas relacionadas à moradia, alimentação e transporte, bem como ações voltadas para a promoção da saúde dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Diante da importância de garantir condições adequadas para a permanência e sucesso dos estudantes nas IFES, torna-se imprescindível criar e fortalecer programas que ofereçam suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Isso inclui a manutenção e ampliação dos serviços de alimentação, como os restaurantes universitários, que desempenham um papel fundamental ao proporcionar aos alunos condições de permanecerem no campus e dedicarem mais tempo às atividades acadêmicas, contribuindo para seu desempenho acadêmico e formação integral. (BRASIL, 2010a).

Além disso, diante da escassez de programas acadêmicos remunerados, é necessário ampliá-los, incentivando a participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para facilitar o acesso dos alunos ao campus, é fundamental também estabelecer políticas que melhorem o transporte urbano e rural, reduzindo os custos com deslocamento. Também é importante promover uma variedade de programas culturais, esportivos e de lazer, tanto para a comunidade interna quanto externa, incentivando a participação dos estudantes. É fundamental ampliar os projetos que incentivem a participação dos estudantes em movimentos sociais, proporcionando experiências enriquecedoras e promovendo a troca de conhecimentos (Jácome, 2021).

Fica evidente a necessidade de implementação de uma política pública mais abrangente de assistência estudantil, que vá além das necessidades básicas como

moradia e alimentação, mas também busque promover uma formação ética e cidadã, garantindo uma efetiva inserção social dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Há desafios relacionados à gestão e coordenação do programa, a complexidade burocrática e a falta de integração entre os diferentes órgãos responsáveis pela execução do PNAES podem dificultar a implementação das ações de forma eficiente e coordenada. É necessário, portanto, promover uma maior articulação entre as instituições de ensino superior e os órgãos governamentais para garantir uma gestão mais eficaz do programa.

Nessa perspectiva, é essencial que os recursos destinados à assistência estudantil nas IFES sejam protegidos, assegurando que sejam exclusivos e prioritários dentro do orçamento anual do Ministério da Educação (MEC). Dessa forma, será possível garantir que tais recursos sejam adequadamente direcionados para programas e projetos que promovam a igualdade de oportunidades, melhorem o desempenho acadêmico e contribuam para a qualidade de vida dos estudantes universitários.

Esse programa é fundamental na garantia de condições de acesso à mecanismos de proteção social requeridos por estudantes em vulnerabilidade. Portanto, a construção de um perfil da demanda requer tomar a métrica do PNAES como referência para o que se pode chamar de público-alvo. Para definir o público-alvo, foi feita uma breve imersão no conteúdo do marco regulatório das ações de assistência estudantil no Brasil, o decreto nº 7.234/2010 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Uma consideração a fazer, embora secundária para este estudo, é importante no contexto semântico da política de assistência estudantil e se refere ao uso do termo "beneficiário". Etimologicamente, o termo combina elementos que significam "bem" e "fazer", referindo-se a alguém que recebeu um benefício por generosidade. Utilizar essa expressão aproxima a assistência estudantil do assistencialismo, da caridade e do auxílio, afastando-a da garantia de direitos. Essa análise sugere a necessidade de redefinir o termo para refletir melhor o direito à assistência estudantil.

Desde sua publicação, o decreto nº 7.234/2010 incentivou as gestões universitárias a identificarem diversas formas de privação do direito à educação, levando à compreensão dessas privações como vulnerabilidades. Um documento oficial que define essa questão com rigor e clareza é a Política Nacional de Assistência Social. Apesar das diferenças entre os públicos-alvo dessa política e do PNAES, a categoria de vulnerabilidades tem sido compartilhada na prática. O entendimento envolve a identificação e abordagem dessas vulnerabilidades para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior, visibilizando e enfrentando a

situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Todas as situações listadas tornariam a pessoa vulnerável, desprovida das condições necessárias para uma vida digna ou marcada por negação de acesso a direitos. Para os fins dessa discussão, essas carências podem manifestar-se de diversas maneiras. Primeiramente, na definição do acesso às oportunidades acadêmicas, onde estudantes podem encontrar barreiras financeiras, sociais e culturais que dificultam seu ingresso e permanência na educação superior. Além

disso, o rendimento acadêmico pode ser afetado pela falta de recursos e suporte adequado, resultando em notas baixas e dificuldades de aprendizado. Essas dificuldades muitas vezes levam à evasão escolar, onde os alunos abandonam seus estudos devido a fatores como a necessidade de trabalhar para sustentar a família, a falta de apoio emocional e psicológico, ou a ausência de um ambiente propício para os estudos.

A retenção dos estudantes também é uma questão crítica, pois muitos enfrentam obstáculos que os impedem de progredir nos cursos. A mobilidade acadêmica, que se refere à capacidade dos estudantes de se transferirem entre instituições ou cursos para buscar melhores oportunidades, também pode ser limitada pela falta de recursos financeiros e apoio institucional.

A inserção em programas e projetos acadêmicos é outra área onde as privações se fazem sentir, estudantes vulneráveis muitas vezes não têm acesso a programas de pesquisa, estágios, intercâmbios ou atividades extracurriculares que enriquecem a formação acadêmica e profissional.

A formação qualificada, essencial para a inserção no mercado de trabalho, também é comprometida, pois esses estudantes podem não conseguir participar de cursos adicionais, treinamentos e certificações que aumentem sua empregabilidade.

Mais adiante no artigo 5º, se pode ler que:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

O artigo mencionado não define um público-alvo exclusivo, mas sim prioridades, ele destaca que o Programa visa especificamente estudantes em risco de evasão ou retenção devido a insuficiência financeira, dando prioridade àqueles com determinadas origens escolares ou níveis de renda familiar baixa.

Por fim, vale destacar também o artigo 8º:

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010).

O trecho destacado indica que as dotações orçamentárias destinadas ao PNAES serão alocadas ao ministério ou diretamente às instituições de ensino. No entanto, ressalta que o número de beneficiários será proporcional ao orçamento disponível.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de graduação das instituições federais de ensino superior rege-se pelos seguintes princípios:

- I) afirmação da educação superior como política de Estado;
- II) gratuidade do ensino;
- III) igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso;
- IV) formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;

- V) garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- VI) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII) orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VIII) defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito;
- IX) pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central;

Um aspecto fundamental para a promoção da inclusão social e o sucesso acadêmico dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos universitários. Isso implica em assegurar não apenas o ingresso dos estudantes, mas também condições que viabilizem sua permanência ao longo do curso, bem como o alcance da formação ampliada e a produção de conhecimento.

Para garantir a democratização do ensino nas IFES e pessoas de todas as classes possam ter a chance de estudar e se formar nas universidades federais, é importante fazer com que o acesso seja acessível a todos e todas, garantir que os estudantes possam ficar na faculdade até o fim do curso e que consigam concluir sem problemas. Isso é garantir que todo mundo tenha as mesmas oportunidades, como na Constituição Federal de 1988.

Para fazer isso, é necessário também que as universidades estejam sempre atualizadas sobre o perfil dos estudantes com fins de criar/ajustar programas que dialoguem com a concreticidade dos desafios enfrentados pelos discentes. E esses programas não podem ficar separados das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, para garantir que os estudantes tenham todo o apoio que precisam para o pleno desempenho acadêmico.

Em suma, o PNAES representa um avanço significativo na promoção da democratização do ensino superior no Brasil. Por meio de suas ações, têm proporcionado apoio e suporte essenciais aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, apesar dos progressos observados, o programa ainda enfrenta desafios significativos em sua implementação e manutenção, um dos principais desafios é a questão do financiamento adequado para o programa, muitas vezes, os recursos destinados ao PNAES são insuficientes para atender a demanda crescente de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que pode comprometer a eficácia das ações de assistência estudantil.

5. CONCLUSÃO

A educação é um direito fundamental que se vincula aos contextos históricos e sociais. Apesar disso, iniciativas como o PNAES foram implementadas para apoiar estudantes de baixa renda e promover a inclusão social no ensino superior. Há uma tensão contínua entre a visão da educação como um direito social e sua instrumentalização econômica. Programas de assistência como o PNAES são essenciais para promover igualdade no acesso à educação.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) surgiu em um contexto marcado pela necessidade de democratizar o acesso e promover a permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil. Com base em princípios como igualdade de condições, gratuidade do ensino e justiça social, o PNAES busca minimizar as desigualdades sociais e regionais, reduzir taxas de evasão e retenção, além de promover a inclusão social pela educação.

Sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) e em articulação com as IFES, o programa estabelece uma série de áreas de atuação, como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acessibilidade para estudantes com deficiência. Ele adota uma abordagem priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No entanto, apesar dos avanços proporcionados pelo PNAES, ainda persistem desafios significativos, como a necessidade de um financiamento adequado para o programa. Os recursos disponíveis são insuficientes para atender à crescente demanda de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que pode comprometer a eficácia das ações de assistência estudantil.

É necessário enfrentar os desafios existentes para garantir que o programa cumpra plenamente seus objetivos e continue a fornecer apoio essencial aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso requer um compromisso contínuo do governo, das instituições de ensino e da sociedade em geral com a garantia do acesso equitativo à educação superior.

Em suma, o PNAES representa um avanço importante na promoção da inclusão e democratização do ensino superior no Brasil. Debater este tema é fundamental para sensibilizar a sociedade e os responsáveis pela formulação de políticas públicas sobre a importância de investir na educação como um meio eficaz de promover o desenvolvimento social e econômico do país. O acesso igualitário à educação superior não só beneficia os indivíduos diretamente envolvidos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Portanto, é essencial promover discussões e buscar soluções para os desafios enfrentados na garantia desse acesso equitativo, como forma de construir um futuro mais próspero para todos.

REFERÊNCIAS

- ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: 2007. 20p.
Disponível em:
https://www.andifes.org.br/wpcontent/files/flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 30/04/2024.
- ARAÚJO, Josimeire de Omena. **O elo assistência e educação: análise assistência/ desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- Bernardo, Nairim. **A História do Ensino Superior Brasileiro**. IQC - Instituto da Qualidade de Conhecimento. Disponível em:
<https://iqc.org.br/observatorio/artigos/educacao/a-historia-do-ensino-superior-brasileiro/>. Acesso em: 30/04/2024.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 10/05/2024

_____. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de julho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em 10/05/2024

_____. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 out. 2012b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm Acesso em: 05/05/2024

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03/04/2024

CASTELO, R. **O social-liberalismo e a globalização da questão social**. In: IV Conferencia Internacional - La obra de Carlos Marx y los desafios Del siglo XXI, La Habana, Cuba, 2008.

CUNHA, Maria Couto. **A Dinâmica dos Fatores Condicionantes da Criação de Cursos de Educação Superior no Estado da Bahia**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, 2002, 215p.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Educação Superior, pública e privada (1808 – 2000)** In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (Org.). Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FONAPRACE, **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, 2001. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/02/1-Plano-Nacional-de-Assist%C3%A2ncia-Estudantil.pdf> Acesso em: 03/04/2024

GADOTTI, Moacir, 1981. **A educação contra a educação: o esquecimento da educação através da educação permanente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Honorato, G., Vargas, H. M.; Heringer, R. (2014). **Assistência estudantil e permanência na universidade pública: Refletindo sobre os casos da UFRJ e UFF**. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu - MG. Anais do 38o Encontro Anual da ANPOCS.

IMPERATORI, T. K.. (2017). **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serviço Social & Sociedade, (129), 285-303. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRrhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/#> Acesso em 18/10/2023

JÁCOME, Aldarosa Cartaxo. **A AMPLIAÇÃO DEMOCRÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E O DIREITO À EDUCAÇÃO: uma análise do Programa Nacional de Assistência Estudantil no período de 2010 a 2018**. Tese de doutorado em educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa -PB, 184p., 2021.

LEHER, R. **Um novo Senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, n.1, p 19-30, 1999.

MANDEL, Ernst. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MARRACH, S. **A. Neoliberalismo e Educação**. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MENEZES, S. C. **Assistência estudantil na educação superior pública: O programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Rio de Janeiro: PUC-Rio (2012).

MENEZES Filho, N. A.; Oliveira, A. P. (2014). **Contribuição da Educação para a Queda na Desigualdade de Renda per capita no Brasil**. São Paulo: Centro de Políticas Públicas do INSPER, Policy Papers. n. 9, pp.1-29.

MIRANDA, G. K. **A sociedade contemporânea e a influência capitalista na educação**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-sociedade-contemporanea-e-ainfluencia-capitalista-na-educacao/92366> Acesso em 03/05/2024.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – **PNAS/ 2004**. Resolução 145/2004. Brasília: Conselho Nacional Assistência Social- CNAS, 2004 Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Acesso em 03/05/2024.

PIMENTA, Lídia. Boaventura. **Processo Decisório da Universidade Multicampi: Dinâmica dos Conselhos Superiores e Órgãos de Execução**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 211p.

PIMENTA, Paula. **Lei de Cotas: dez anos da norma que garantiu direitos e derrubou o mito da 'democracia racial'** 2022. Arquivo S, ed. 95. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/lei-de-cotas-dez-anos-da-norma-que-garantiu-direitos-e-derrubou-o-mito-da-democracia-racial> Acesso em 03/05/2024.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 13º edição. Petrópolis: Vozes, 1991.

STALLIVIELI, Luciane. **O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL CARACTERÍSTICAS, TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS**. In book: *Educación superior em América Latina y el Caribe: Sus estudiantes hoy*. 2007.

SANTOS, Gabrielle dos.; FREITAS, Leana Oliveira. **Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão**. Revista Argumentum, Vitória, v.6, n.2, p.182- 200, 2014.

SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2ed., 2013.

SOUSA, Livia Mesquita de. **Significados e sentidos das casas estudantis: um estudo com jovens universitários**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

SOUZA, Gláucio Jorge de; JOSLIN, Érica Barbosa. **As implicações do capitalismo na educação**. Revista Ciência Contemporânea jun./dez. 2018, v.4, n.1, p. 95 - 112

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE. Fazendo gira. **Protagonistas de momentos importantes da história, os jovens não se curvam a fórmulas prontas e encontram meios de renovar a cada dia a luta para transformar o Brasil. Movimento**. UNE, n.19, jun., 2008.

VASCONCELOS, Natália. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>> Acesso em: 03/04/2024

AGRADECIMENTOS

Obrigada a minha família, e a todas as pessoas que já passaram na minha vida que de alguma forma deixaram um pouco de vocês e me ajudaram a ser quem sou hoje.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a cada um de vocês, professores pelo papel fundamental que desempenharam em minha jornada acadêmica. Chegar ao final deste ciclo não teria sido possível sem a orientação, apoio e inspiração que vocês me proporcionaram ao longo dos anos.

A todas amigas e amigos, que fiz nesses longos 5 anos morando em Campina Grande, obrigada por de alguma forma ter feito desses anos mais leves. As meninas que dividiram apartamento comigo, obrigada por cada momento de conversa para descontrair, e a minha dupla da universidade Aline Trajano, muitíssimo obrigada por ter isso uma parceira incrível. Anderson, me faltam palavras para falar o quanto eu sou feliz por ter conhecido e vivenciar ao seu lado, um amor tão puro.

Não poderia deixar de expressar toda a minha gratidão às mulheres fortes que me inspiram diariamente, minha mãe e minha irmã. Hoje, quero reconhecer todo o amor, sacrifício e dedicação que vocês investiram em mim ao longo dos anos. Sou quem sou por causa de vocês duas, e sou eternamente grata por tudo o que fizeram e continuam fazendo por mim. Mainha e Naju, vocês são verdadeiramente especiais e uma fonte constante de inspiração para mim. Eu as amo mais do que palavras podem expressar.

Painho, eu sei que onde quer que o senhor esteja sempre ficou do meu lado e que está orgulhoso da mulher que sua caçulinha está se tornando, mesmo que você não esteja mais fisicamente entre nós, a sua presença continua a iluminar e a guiar os meus passos. Hoje, quero expressar toda a minha gratidão e amor por tudo o que você foi e ainda é para mim.

Uma menção especial, para minha cachorrinha que nos 13 anos compartilhados, foi meu melhor presente, chegou em um momento difícil e trouxe muita paz e amor, me ajudou mesmo sem entender nada dessas coisas, a passar por um luto eterno que vou ter dentro de mim, e agora quase um ano depois me encontro tentando superar sozinha a falta que você faz. Você foi e sempre será o ser mais importante que passou na minha vida, te amei, te amo e vou te amar eternamente. (2010-2023)

E claro, não posso deixar de agradecer a mim mesma por ter conseguido chegar até aqui. Depois de tantas experiências e desafios que só eu conheço e senti profundamente, hoje me sinto mais forte, apesar de todas as dificuldades enfrentadas.